

**XXIV ENCONTRO NACIONAL DO  
CONPEDI - UFS**

**DIREITOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS**

**CLERILEI APARECIDA BIER**

**EID BADR**

**JULIA MAURMANN XIMENES**

Todos os direitos reservados e protegidos.

Nenhuma parte deste livro poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

#### **Diretoria – Conpedi**

**Presidente** - Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa – UFRN

**Vice-presidente Sul** - Prof. Dr. José Alcebíades de Oliveira Junior - UFRGS

**Vice-presidente Sudeste** - Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim - UCAM

**Vice-presidente Nordeste** - Profa. Dra. Gina Vidal Marcílio Pompeu - UNIFOR

**Vice-presidente Norte/Centro** - Profa. Dra. Julia Maurmann Ximenes - IDP

**Secretário Executivo** - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC

**Secretário Adjunto** - Prof. Dr. Felipe Chiarello de Souza Pinto – Mackenzie

#### **Conselho Fiscal**

Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG /PUC PR

Prof. Dr. Roberto Correia da Silva Gomes Caldas - PUC SP

Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Napolini Sanches - UNINOVE

Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS (suplente)

Prof. Dr. Paulo Roberto Lyrio Pimenta - UFBA (suplente)

**Representante Discente** - Mestrando Caio Augusto Souza Lara - UFMG (titular)

#### **Secretarias**

**Diretor de Informática** - Prof. Dr. Aires José Rover – UFSC

**Diretor de Relações com a Graduação** - Prof. Dr. Alexandre Walmott Borgs – UFU

**Diretor de Relações Internacionais** - Prof. Dr. Antonio Carlos Diniz Murta - FUMEC

**Diretora de Apoio Institucional** - Profa. Dra. Clerilei Aparecida Bier - UDESC

**Diretor de Educação Jurídica** - Prof. Dr. Eid Badr - UEA / ESBAM / OAB-AM

**Diretoras de Eventos** - Profa. Dra. Valesca Raizer Borges Moschen – UFES e Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr - UNICURITIBA

**Diretor de Apoio Interinstitucional** - Prof. Dr. Vladimir Oliveira da Silveira – UNINOVE

---

D598

Direitos sociais e políticas públicas[Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI/UFS;  
Coordenadores: Clerilei Aparecida Bier, Eid Badr, Julia Maurmann Ximenes – Florianópolis:  
CONPEDI, 2015.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-85-5505-053-4

Modo de acesso: [www.conpedi.org.br](http://www.conpedi.org.br) em publicações

Tema: DIREITO, CONSTITUIÇÃO E CIDADANIA: contribuições para os objetivos de desenvolvimento do Milênio.

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Brasil – Encontros. 2. Direito sociais. 3. Políticas públicas. I. Encontro Nacional do CONPEDI/UFS (24. : 2015 : Aracaju, SE).

CDU: 34



## XXIV ENCONTRO NACIONAL DO CONPEDI - UFS

### DIREITOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS

---

#### **Apresentação**

O nosso trabalho consistiu em acolher por meio dos critérios de avaliação científica quinze estudos apresentados, do total de trinta e cinco, no Grupo de Trabalho de Direitos Sociais e Políticas Públicas do XXIV Encontro Nacional do CONPEDI, realizado na cidade de Aracaju SE. Admitidos à apresentação após escolha por avaliadores dentre diversos outros artigos submetidos, os estudos também passaram pelo crivo do mencionado Grupo de Trabalho, em intensos debates entre os autores, outros participantes do evento e os coordenadores deste livro. As questões fundamentais relativas aos direitos sociais e as correspondentes políticas públicas, como a normatização, judicialização e os deveres do Estado, nas suas diversas esferas de poder, aparecem fortemente vinculados naquelas reflexões, e, por conseguinte, nos estudos aqui organizados.

Com efeito, registramos o nosso agradecimento à Diretoria do CONPEDI e à Universidade Federal da Sergipe que possibilitaram as condições ideais para reflexão sobre os relevantes temas mencionados, que ora resultam na presente publicação com as mais relevantes conclusões sobre os debates e pesquisas realizadas.

A relevância dos eventos nacionais e suas correspondentes publicações, sem falar na sua experiência de internacionalização, confirmam o fato de que o CONPEDI se constitui no fórum mais importante da pós-graduação stricto sensu em Direito no Brasil.

A presente obra agrupa os artigos científicos apresentados em três eixos temáticos.

O primeiro eixo temático aglutina pesquisas que dialogam com questões mais conceituais sobre os direitos sociais, sua fundamentalidade, efetivação e seus desdobramentos em políticas públicas específicas. Assim, questões sobre a efetivação do direito ao trabalho digno, a responsabilidade dos gestores públicos, ações formativas e a situação de imigrantes no Brasil.

O segundo eixo temático aborda dois direitos sociais específicos: o direito à saúde e o direito à moradia. No primeiro predominam pesquisas sobre o papel do Poder Judiciário na sua efetivação, uma discussão que aborda ainda questões orçamentárias e de planejamento, e a

ponderação de princípios . No tocante à moradia, pesquisas sobre o lazer, função social da propriedade, e as possibilidades de efetivação do direito à moradia para populações de baixa renda, permeando ainda discussões sobre a municipalidade e políticas públicas habitacionais.

No último eixo temático, o direito à educação e à assistência social, bem como temas correlatos ao debate sobre a inclusão social. Assim, análises sobre os custos da efetivação do direito à educação, sobre políticas públicas específicas como PROUNI, educação ambiental e Programa Banda Larga. Importante salientar que o debate permeou o papel da qualidade da educação para a emancipação dos sujeitos de direitos e assim o exercício da plena cidadania. Neste sentido pesquisas sobre o papel das ações afirmativas e dos impactos do Estatuto da Igualdade Racial. E para finalizar, o debate sobre educação afirma a responsabilidade do Estado com a inclusão social, e neste sentido pesquisadores apresentaram reflexões sobre as políticas de assistência social.

Profa. Dra. Clerilei Aparecida Bier - UDESC/CONPEDI

Prof. Dr. Eid Badr - UEA/ OAB/ CONPEDI

Profa. Dra. Julia Maurmann Ximenes - IDP/CONPEDI

# **A EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA COMO INSTRUMENTO RECÍPROCO DE POLÍTICAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS: PERCEPÇÃO DE ASPECTOS TEÓRICOS EM UM MODELO INSTITUCIONAL PRÁTICO.**

## **THE CRITICAL ENVIRONMENTAL EDUCATION AS AN INSTRUMENT RECIPROCAL SUSTAINABLE PUBLIC POLICY: THEORETICAL ASPECTS OF PERCEPTION IN AN INSTITUTIONAL PRACTICAL MODEL.**

**Laura Magalhães de Andrade**

### **Resumo**

A formação do indivíduo perpassa, dentre outros fatores, por sua consciência enquanto ser pertencente a uma comunidade, seja ela local, regional e até mundial. Em uma abordagem ecológica, há a necessidade de compreensão do indivíduo enquanto parte de uma engrenagem viva, em que os múltiplos seres se interagem e mantêm-se saudáveis a partir do equilíbrio recíproco. Propõe-se com o presente trabalho, nesse prisma, apresentar a Educação Ambiental Crítica como meio fomentador do espírito comunitário necessário para o desenvolvimento e manutenção de políticas voltadas para o desenvolvimento sustentável e a conservação do meio ambiente. Autores filiados à Teoria do Comunitarismo, como Charles Taylor, serão abordados para evidenciar a questão da formação do indivíduo, bem como a necessidade de se atuar em comunidade. Neste contexto, o presente artigo vem demonstrar como a Agenda 21 pode ser um instrumento efetivo de formulação e implantação de políticas sustentáveis, sendo ainda mais efetivo em âmbito local. A Agenda 21 procura estabelecer um equilíbrio negociado entre os objetivos e as estratégias das políticas ambientais e de desenvolvimento econômico e social, para consolidá-los em um processo de desenvolvimento sustentável. Ao final, será apresentado como paradigma o modelo vivenciado pela cidade espanhola de Vitoria Gasteiz, na qual o poder público local introduziu a Educação Ambiental Crítica nas unidades escolares por meio da Agenda 21 Escolar e o reflexo dessa experiência vai ser o fomento e efetivação do desenvolvimento sustentável, envolvendo não só as unidades escolares, mas toda a comunidade na qual ela está inserida.

**Palavras-chave:** Educação ambiental crítica, Comunitarismo, Políticas públicas, Agenda 21 local.

### **Abstract/Resumen/Résumé**

The formation of the individual goes through, among other factors, by his conscience while being belonging to a community, be it local, regional and even global. In an ecological approach, it is necessary to understand the individual as part of a living gear, in which multiple beings interact and stay healthy from the reciprocal balance. It is proposed that the present work, in this light, the present Critical Environmental Education as a mean developer of community spirit necessary for the development and maintenance of policies for sustainable development and environmental conservation. Communitarianism authors

affiliated with the theory, as Charles Taylor, will be discussed to highlight the issue of formation of the individual as well as the need to act in community. In this context, this article demonstrates how Agenda 21 can be an effective tool for formulating and implementing sustainable policies, and even more effective at the local level. Agenda 21 seeks to balance negotiated between the objectives and strategies of environmental and economic and social development policies to consolidate them into a sustainable development process. At the end, will be presented as a paradigm the model experienced by the Spanish city of Vitoria Gasteiz, in which the local government introduced the Critical Environmental Education at schools through the School Agenda 21 and the reflection of this experience will be the promotion and realization of development sustainable, involving not only the school units, but the entire community in which it operates.

**Keywords/Palabras-claves/Mots-clés:** Critical environmental education, Communitarianism, Public policy, Local agenda 21.

## **Introdução**

O que vem a ser a Educação Ambiental, abordada de forma crítica? De que modo esta nova abordagem pode se traduzir em instrumento de fomento ao Comunitarismo Ecológico, a fim de contribuir para a Sustentabilidade? Nesse contexto, o que vem a ser a Agenda 21 Local e de que modo ela pode contribuir para a mudança de paradigmas? Estas e outras questões que envolvam a Educação Ambiental Crítica e sua utilização como base de sustentação para a implantação de planos de ações comunitárias, através da Agenda 21 Local e a Agenda 21 escolar serão abordadas no presente estudo.

Experiências históricas de exploração predatória dos diferentes biomas ilustram os desafios da sustentabilidade, dentro do atual padrão de acumulação e de crescimento econômico do país. Da mesma forma, o processo produtivo, gerador de impactos negativos, é o mesmo que produz os benefícios do crescimento do emprego, da renda e da arrecadação tributária, trazendo à tona os inúmeros conflitos de interesses entre diversos atores sociais e entre instituições públicas e organizações privadas.

Foi a percepção desses aspectos, dentre outros, que mobilizou as Nações Unidas a realizar a Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1992, no Rio de Janeiro. Nesta Conferência, 179 países, voluntariamente, assinaram um documento denominado Agenda 21: um amplo conjunto de compromissos a serem realizados no futuro para mudar a forma como produzimos e consumimos, visando a construção de sociedades sustentáveis.

Neste contexto, o presente artigo objetiva demonstrar como a Agenda 21 pode ser um instrumento efetivo de formulação e implantação de políticas. Será demonstrado que a Agenda 21 procura, seguindo essa diretriz, estabelecer equilíbrio negociado entre os objetivos e as estratégias das políticas ambientais e de desenvolvimento econômico e social, para consolidá-los num processo de desenvolvimento sustentável.

Para ilustrar a defesa intentada pelo presente Estudo, apresenta-se o modelo da Agenda 21 Local da cidade espanhola de Vitoria Gasteiz, considerada a Capital Verde Europeia de 2012. Este título foi conquistado de forma contínua e gradual, graças à implantação efetiva de Planos de Ação, respaldada pela Educação Ambiental Crítica, que foi introduzida pela Agenda 21 Escolar daquela cidade.

Com este exemplo, espera-se mostrar como é possível transformar as realidades locais existentes através do suporte institucional às ações comunitárias, inculcando nos indivíduos conceitos socioambientais e de sustentabilidade, fazendo com que estes, futuramente, possam agir e cobrar a continuidade das ações.

Pretende-se, igualmente, defender a tese de que a institucionalização da Educação Ambiental Crítica pelos governos locais é a chave para que tais mudanças de paradigmas sejam perenes e evoluam no tempo, a despeito de mandatos políticos ou opções partidárias.

Espera-se, por fim, mostrar que o modelo apresentado pode servir de exemplo não só para a realidade das cidades brasileiras, mas para qualquer comunidade, desde que haja o respeito e o estudo minucioso de suas especificidades e que, necessariamente, haja a utilização da Educação Ambiental Crítica como suporte.

### **1. A Educação Ambiental Crítica como instrumento de fomento ao comunitarismo ecológico no processo rumo à sustentabilidade.**

A Educação Ambiental Crítica pressupõe uma visão não cartesiana de mundo, do todo, das relações entre os seres humanos e a comunidade em que vivem, como um processo harmônico e contínuo, em que medidas excessivas pressupõem o desequilíbrio da relação não só entre os seres, mas destes com o planeta.

Nesse sentido, TAYLOR (1997), ao enfatizar que o pensamento desprendido exige que as pessoas deixem de viver simplesmente no corpo ou de acordo com suas tradições e costumes:

O ideal moderno de desprendimento, em contraste, exige uma postura reflexiva. Temos de nos voltar para dentro de nós mesmos e tomar consciência de nossa própria atividade e dos processos que nos constituem. Temos de assumir a responsabilidade de construir nossa própria representação do mundo que, caso contrário, é feita sem ordem e, conseqüentemente, sem ciência; temos de assumir a responsabilidade pelos processos por meio dos quais associações formam e moldam nosso caráter e nossa visão. O desprendimento requer que deixemos de viver simplesmente no corpo ou de acordo com nossas tradições ou hábitos e,



ao torná-los objetos para nós, submetamo-los a rigoroso exame e reforma<sup>1</sup>.

Partindo-se desta premissa, torna-se essencial a construção de um modelo de Educação em que os indivíduos sintam-se parte do todo, enquanto seres atuantes, pensantes e questionadores, pois “um todo organizado possui qualidades e propriedades que não existem nas partes tomadas isoladamente”<sup>2</sup>.

É necessário que haja a formação de sujeitos capazes de compreender o mundo e agir nele de forma crítica, de modo que a formação deste indivíduo seja pautada na capacidade de ler e interpretar um mundo complexo e em constante transformação. Além do mais, a identidade pessoal é formada por meio de sua relação com as identidades sociais, que servem como guias do comportamento humano. O contexto social é feito não somente por meio de nossas relações com os outros, mas também com os grupos com quais nos identificamos, denominado *identidades sociais*. “Os grupos sociais estabelecem normas ou padrões de crenças corretas e apropriadas, opiniões e comportamentos”<sup>3</sup>.

Daí surge a ideia de não só pensar de forma abstrata e fora das realidades do cotidiano, mas sim de desenvolver um projeto político-pedagógico em que a Educação Ambiental seja pensada de forma crítica, isto é, que possa ser pensada como a formação de um cidadão capaz de “ler” seu ambiente e interpretar as relações, os conflitos e os problemas aí presentes.

A partir dessa nova visão, consegue-se ir além, vislumbrando e questionando, por exemplo, quais são as causas da pobreza e da degradação ambiental, como o padrão, os modelos político, teórico e econômico das sociedades contribuem para essas questões, como a visão cartesiana da ciência e do mundo engessam os pensamentos e as atitudes, como o modelo tradicional de educação perpetua mentes reprodutoras de conceitos.

Desse modo, pode-se visualizar a Educação Ambiental, que se propõe Crítica, quando nela forem vislumbrados alguns objetivos essenciais, como, por exemplo, realizar a

---

<sup>1</sup> TAYLOR, Charles. *As Fontes do Self – A construção da identidade moderna*. Tradução: Adail Ubirajara Sobral e Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Loyola, 1997. p.128.

<sup>2</sup> MORIN, E. Complexidade e Ética da Solidariedade. In. CASTRO, G. de; CARVALHO, E. de A.; ALMEIDA, M. C. de (Coord.). *Ensaio de complexidade*. Sulina, Porto Alegre, 1997. p. 17.

<sup>3</sup> SMITH, E.; CONREY, F.R. The Social Context of Cognition. In: ROBBINS, P.; AYDEDE, M. (Orgs.). *The Cambridge Handbook of Situated Cognition*. Cambridge University Press, 2009. p. 460.

crítica à Educação Ambiental conservadora, pautada em conceitos abstratos e na ideia de uma disciplina isolada, desvelando o quanto suas práticas reprodutoras de ideologias do sistema dominante impedem a percepção real das causas dos problemas socioambientais.

Não há democracia ou cidadania consistente sem que seja constituído este novo paradigma para a Educação Ambiental, afim de que os indivíduos consigam efetivar as transformações, deixando o desenvolvimento econômico a qualquer preço de lado e inculcando nos indivíduos o ideário de sustentabilidade humana, natural e cultural.

A Educação tratada desse modo torna-se uma das bases essenciais de sustentação de um programa de governo, que tenha a iniciativa política de transformar a realidade da comunidade e das pessoas que ali residem, ao passo que, para que este programa de governo seja aceito e levado a sério pelos indivíduos, os principais atores sociais na transformação de sua realidade, é necessário estarem neles inseridos os ideais e as medidas que o governo pretende implantar.

Além disso, há que se incentivar a formação de agentes comunitários, que devem pressupor um grau elevado de autonomia, deixando de ser mero cumpridor de ordens emanadas do poder público e passando a exercer, sob supervisão da própria comunidade, as tarefas de identificar e analisar problemas, organizar a comunidade, planejar e implementar soluções. “É um modelo que valoriza, portanto, a descentralização decisória, a autoridade e a competência dos agentes, a flexibilização do controle interno e a atenuação das distâncias hierárquicas tradicionais”<sup>4</sup>.

Nesse contexto, o programa de governo acima mencionado será esmiuçado, no presente estudo, através do exemplo de Agenda 21, sendo notório o sucesso de implantação desta medida quando observada em âmbito local, como será amplamente demonstrado adiante.

## **2. A Agenda 21 e a Agenda 21 Local**

O conceito de Agenda 21 surge após o encontro de diversos países realizado na cidade do Rio de Janeiro em 1992, encontro este conhecido como RIO ECO 92 (Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento). Nele, diversos países se

---

<sup>4</sup> MUNIZ, Jacqueline; LARVIE, Sean Patrick; MUSUMECI, Leonarda & FREIRE, Bianca. Resistências e dificuldades de um programa de policiamento comunitário. *Tempo Social*, v. 9, n. 1, 2013, p. 204.

comprometeram a estabelecer planos de ação para o alcance de metas de sustentabilidade, através de práticas transformadoras das realidades existentes, seja a nível nacional ou local.

A maior proposta da Agenda 21 é sua elaboração como processo amplamente participativo para construção de consensos e cenários de futuro. Foram propostos padrões mínimos, aceitos pelos seus signatários, para harmonizar as questões socioeconômicas e ambientais, com a assinatura de compromissos em regime de parceiras entre os diversos atores sociais, concretizados em um Plano de Desenvolvimento Sustentável.

O capítulo 28 da Agenda 21 pede maior atenção com as cidades, já que estas são fundamentais para a implementação das políticas propostas no documento. Muitos dos problemas e das soluções listados na Agenda 21 têm raízes em atividades locais, assim, as autoridades locais e seus planos de governo são um fator-chave para fazer o desenvolvimento sustentável acontecer.

O referido capítulo 28 (inteiramente voltado aos governos locais) é iniciado com a seguinte afirmação:

Como muitos dos problemas e soluções tratados na Agenda 21 têm suas raízes nas atividades locais, a participação e cooperação das autoridades locais será um fator determinante na realização de seus objetivos. E sugere: Cada autoridade local deve iniciar um diálogo com seus cidadãos, organizações locais e empresas privadas e aprovar uma Agenda 21 Local<sup>5</sup>.

Devem-se promover, nesse sentido, encontros entre os interessados, eventualmente organizados em subgrupos, baseados em métodos de planejamento participativo, devendo ser identificados os problemas, as oportunidades para sua solução, os recursos necessários e aqueles que podem assumir o compromisso de implementar as ações negociadas. A partir disso, devem ser estabelecidas metas a serem alcançadas em prazos definidos e uma sistemática de acompanhamento e divulgação das ações e de seus resultados.

O Plano de Desenvolvimento Sustentável acima mencionado traduz-se na Agenda, que deve ser a primeira de uma série, pois a elaboração, o acompanhamento e a reelaboração da Agenda inicial pode ser um processo sem término definido. A construção das agendas 21 Locais também devem ter como suporte concepções estratégicas participativas.

---

<sup>5</sup> Declaração Conjunta das Cidades e Autoridades Locais, in Bio, ano IV, no.3, jul./set. 1992, ABES, Rio de Janeiro, 1992.

Do conceito de Agenda 21 percebeu-se que, se tratado se forma local, no nível de instituições menores e, no caso aqui estudado, no patamar dos Municípios, aumentar-se-iam as chances de êxito, ao passo que o diagnóstico dos problemas e a busca de soluções para eles seriam mais concretos e eficazes se tratados no plano específico da cidade ou de uma comunidade, ao passo que em âmbito nacional apenas questões mais gerais poderiam ser propostas, tendo em vista as diversidades locais em todos os aspectos, sejam econômicos, políticos e/ou socioambientais.

Nesse sentido, surge o conceito de Agenda 21 Local, visando programar medidas que propusessem mudanças de paradigmas, com a introdução de ideias e práticas sustentáveis. E, para o sucesso na implantação de tais medidas, fazia-se necessário, sobretudo, uma mudança de pensamento e de conduta de todos os indivíduos residentes ou envolvidos indiretamente com aquela comunidade.

Desta seção, depreende-se, portanto, que a Agenda 21 é um forte instrumento que permite definir e implantar políticas públicas com base em um planejamento participativo voltado para as prioridades do desenvolvimento sustentável.

### **3. A ligação entre a Educação Ambiental Crítica e a Agenda 21 Local: instrumentos recíprocos de efetividade e a cidade de Vitória Gasteiz**

Dos conceitos apresentados nas seções precedentes, nota-se uma possibilidade de ligação entre a Educação Ambiental Crítica e a Agenda 21 local, ao passo que a primeira sustentaria os alicerces para a continuidade da segunda, gerando um círculo virtuoso, em que uma conquistaria êxitos contínuos com o auxílio da outra e vice-versa.

Retomando o conceito, o que vem a ser então a Educação Ambiental Crítica, por vezes reconhecida igualmente como emancipatória e transformadora? Além dos aspectos trazidos inicialmente, na primeira seção, pode-se afirmar que a Educação Ambiental Crítica está associada, no Brasil, ao modelo de Educação Popular de Paulo Freire e da Pedagogia Crítica, que tem seu ponto de partida na teoria marxista e neomarxista de interpretação da realidade social.

Além disso, no Brasil a proposta de Educação Ambiental Crítica é embasada em discussões trazidas pela Ecologia Política, que insere a dimensão social nas questões ambientais, passando essas a serem trabalhadas como questões socioambientais.

É objetivo também da Educação Ambiental Crítica analisar, a partir de uma visão socioambiental, política e econômica que “o problema da ecologia é real já há algum tempo, ainda que evidentemente, por razões inerentes à necessidade do crescimento capitalista, poucos tenham dado alguma atenção a ele.”<sup>6</sup>. Ou seja, é o próprio sistema do capital de exploração do máximo de riquezas do mundo para o desenvolvimento o causador dos pretéritos e atuais problemas socioambientais.

Nesse passo, cabe à Educação Ambiental Crítica também o papel de ser uma educação ambiental politizada, problematizadora, questionadora, integrada aos interesses das populações e às classes sociais mais afetadas pelos problemas socioambientais.

Tratada de maneira crítica, a Educação Ambiental passa a ser cada vez mais uma forte expressão, sinônimo de cidadania emancipadora e subjetiva, que também pode ser sinônimo de qualidade de vida, no sentido mais abrangente do termo, ao passo que insere o indivíduo enquanto ente participativo, inicialmente em sua comunidade, mas podendo atingir patamares cada vez maiores.

Feita esta breve retomada do que vem a ser a Educação Ambiental Crítica, passa-se à análise mais profunda do modo como ela pode ser implantada no âmbito da Agenda 21 Local, de forma efetiva, constante, que perdure no tempo, a despeito de vontades político-partidárias e mandatos eletivos, graças ao círculo virtuoso acima mencionado.

Igualmente, será apresentado um modelo institucional de implantação da Educação Ambiental de forma crítica, que provocou uma verdadeira revolução no modo de pensar e solidificou a mudança de paradigma tanto para o Município, ente institucionalizador e executor do projeto, quanto para seus cidadãos, que passaram a ser também executores do projeto e garantidores de sua manutenção contínua.

### **3.1 A cidade de Vitoria Gasteiz: um modelo institucional prático**

---

<sup>6</sup>MÉSZÁROS, I. Para Além do Capital. Campinas/SP; Bomtempo, 2002, p. 988.

A cidade espanhola de Vitoria Gasteiz<sup>7</sup>, que corresponde à capital do país Basco, iniciou um projeto de reformulação de suas políticas públicas de modo a ser uma cidade mais sustentável, com a elaboração de sua Agenda 21 Local. Com o governo local preocupado em transformar a realidade existente, buscou-se levar em consideração seus problemas socioambientais em conjunto, principalmente pelos quais perpassavam as periferias.

Iniciou-se o projeto de Agenda 21 Local com uma avaliação ambiental estratégica, com estudos das áreas mais críticas da cidade, quer em termos físicos como ideológicos. Antes de adentrarmos no estudo em si, inicialmente se faz necessário tecer alguns comentários do que venha a ser a avaliação ambiental estratégica propriamente dita.

Conceitualmente, a avaliação ambiental estratégica significa um processo de informação, anterior à tomada de decisão que, no presente caso, traduz-se no plano da Agenda 21 Local propriamente dita, que visa incorporar um dado conjunto de valores ambientais à formulação de ações concretas, seja relativa à construção um empreendimento ou ao processo de planejamento de desenvolvimento de uma cidade.

Em termos práticos, a avaliação ambiental estratégica pressupõe o prognóstico das diversas realidades existentes e, no caso do presente estudo, dentro da cidade de Vitoria Gasteiz. Os estudos iniciais levam em consideração todas as variáveis<sup>8</sup>, seja em nível de população, de condições climáticas, do solo, da moradia, enfim, de todas as questões relevantes para a construção do diagnóstico e, futuramente, de um plano de ação que vai propor as práticas transformadoras daquelas realidades traduzidas na Agenda 21 local, tendo a Educação Ambiental Crítica como seu principal pilar de sustentação e agente de fomento.

O primeiro passo é a enumeração das variáveis, conforme mencionado; ato contínuo, deve se fazer o diagnóstico da situação de cada uma dessas variáveis como, por exemplo, se há superpopulação em determinado local, os níveis de poluição, de degradação ambiental, de que modo os indivíduos estão sendo assistidos em relação ao saneamento básico, ao acesso à água tratada, ao lazer, à mobilidade urbana etc.

---

<sup>7</sup> Todos os dados estatísticos referentes à cidade de Vitoria Gasteiz foram obtidos no *site* do Centro de Estudos Ambientais da Prefeitura, no endereço: <[HTTP://www.verdepordentro.org](http://www.verdepordentro.org)>.

<sup>8</sup> Sobre o estudo das variáveis como fundamentais para a investigação em políticas públicas, ver Etzioni, Amitai. *The Unique Methodology of Policy Research*, in: ed. MORAN, Michael; REIN, Martin & GOODIN, Robert (eds). *The Oxford Handbook of Public Policy*. Oxford: Oxford University Press, 2006, pp. 833-843.

Na cidade de Vitoria Gasteiz, os estudos de avaliação ambiental estratégica iniciaram-se para a formação do projeto de Agenda 21 Local, cujo ponto de partida pode ser observado em 1995, com a assinatura da Carta de Aalborg para “Cidades e Povos Europeus Acerca da Sustentabilidade”. Nos três anos seguintes, prosseguiram-se os estudos, até que em 1998 a Prefeitura aprovou, mediante votação plenária municipal, um modelo de Agenda 21 baseado em um sistema de indicadores (os diagnósticos supramencionados) com a avaliação e comunicação das condições de sustentabilidade de cada comunidade pertencente à cidade, assumindo o compromisso de realizar, anualmente, novas avaliações e a divulgação de seus resultados.

Desde então, anualmente publica-se um boletim que observa os indicadores criados e avalia de que forma se encontra cada comunidade a respeito desses indicadores, medindo a evolução dos parâmetros criados para a sustentabilidade. Além dos indicadores, no mesmo período criou-se o Conselho Setorial de Meio Ambiente, cuja atribuição principal é ser um fórum de participação cidadã, com o objetivo de por em prática um Programa Anual de atividades de Educação Ambiental para o desenvolvimento sustentável, cuja meta é ampliar sua oferta e nível de participação dos cidadãos ao longo dos anos, tendo como suporte a Educação Ambiental Crítica.

Seguindo com a evolução da Agenda 21 Local da cidade de Vitoria Gasteiz, tem-se que em 2002 o plenário municipal aprovou o Primeiro Plano de Ação da Agenda 21 Local para os anos de 2002 a 2007, de nítido caráter ambiental, contemplando, inicialmente, questões envolvendo mobilidade e áreas periféricas. Em 2005, iniciou-se o processo de superação da dimensão estritamente ambiental, para que também sejam incorporados aspectos sociais e econômicos e, para aprofundar esses novos estudos, elaborou-se um informe-diagnóstico que amplia o campo de análise para o planejamento da cidade como um todo, partindo-se da premissa da Educação Ambiental Crítica.

Tanto o início dos estudos, com a avaliação ambiental estratégica, como a implantação da Agenda 21 Local propriamente dita revela a importância da visão sistêmica da realidade das comunidades que fazem parte da cidade e de que forma os novos paradigmas criados pelos Planos de Ação podem ser colocados em prática, por meio de avaliações constantes ao longo dos anos.

No ano de 2009, houve a elaboração do Segundo Plano de Ação da Agenda 21 local, com início em 2010 e com o objetivo de vigor até o ano de 2014. O mencionado plano

contemplou fundamentais aspectos ambientais, sociais, culturais e econômicos e traçou metas objetivas, transcritas a seguir, conforme sítio eletrônico da prefeitura da cidade de Vitória Gasteiz:

- Reduzir o consumo de água doméstico para menos de 100 litros per capita/dia;
- Aumentar as áreas verdes na cidade;
- Melhorar o abastecimento e a qualidade da água;
- Eliminar as sacolas plásticas e substituí-las por material reutilizável e reciclável ou biodegradável;
- Reduzir o consumo de energia;
- Melhorar o sistema de transporte da cidade; e
- Reduzir as emissões de CO<sub>2</sub> em 300 mil toneladas anuais até 2012, e de gases de efeito estufa em 20% até 2020.

Apesar de o Segundo Plano de Ação prever a obtenção dos resultados pretendidos até o final de 2014, conforme já mencionado, já no ano de 2010 a mencionada cidade conseguiu atingir as metas traçadas, cujas conquistas são enumeradas a seguir:

- Criação de 787 hectares de Cinturão Verde em 2009, que significa o acesso de 99% da população a áreas verdes e de lazer em um raio de até 300 metros de suas residências;
- Criação de 12 Centros Comunitários, com a função de descentralizar a Administração Municipal para aproximar as comunidades dos governantes;
- Boa qualidade do ar;
- Consumo residencial médio de água de 117 litros *per capita*/dia;
- Nova rede de ônibus urbanos e bondes, além do total de 95 km de ciclovias e criação de 598 estacionamentos de bicicletas;
- Implantação de reciclagem tanto nas residências como em usinas de reciclagem e compostagem;



- Criação de um programa eficiência energética, com redução de perdas e conscientização sobre desperdícios; e
- Acesso, por 99% da população, a todos os serviços básicos a 300 metros em relação a suas residências.

Graças ao sucesso da Agenda 21 local da cidade de Vitoria Gasteiz, perpassado pela minuciosa avaliação ambiental estratégica e a observância contínua dos planos de ação criados, a mencionada cidade conquistou o título de Capital Verde Europeia de 2012, por ter sido considerada a cidade mais sustentável da Europa.

Este título, de notoriedade internacional, é um importante instrumento para criação de um novo paradigma rumo à sustentabilidade, sustentada pela Educação Ambiental Crítica como agente de fomento do comunitarismo ecológico, como será esmiuçado na seção seguinte.

### **1. A Agenda 21 Escolar da Cidade de Vitoria Gasteiz e o novo paradigma de Educação Ambiental**

O sucesso para a continuidade dos Planos de Ação e o batimento das metas de sustentabilidade pretendidas pela Agenda 21 Local apenas puderam ser possíveis pela implantação concomitante da Agenda 21 Escolar na cidade de Vitoria Gasteiz, que significou a mobilização gradual e efetiva dos cidadãos nos seus respectivos Centros Comunitários, para o cumprimento dos objetivos criados pelo governo local através dos Planos de Ação da prefeitura.

A Agenda 21 Escolar foi uma iniciativa destinada a introduzir no meio acadêmico o processo de Agenda 21 Local, com o compromisso de trabalhar a mudança ambiental e a sustentabilidade nos centros educacionais e no seu entorno. Nesse passo, o objetivo principal da Agenda 21 Escolar é ensinar ao corpo discente, de forma crítica, a analisar e compreender a problemática socioambiental de sua comunidade e das localidades vizinhas, além de preparar os alunos para o exercício de uma cidadania responsável, em prol de uma sociedade mais justa e sustentável.

O Plano de Ação idealizado nos anos de 2001 e 2002 pelo CEA (Centro de Estudos Ambientais) da Prefeitura determinou que atividades interdisciplinares a serem desenvolvidas fossem dirigidas a unidades de educação primária e secundária, além das universidades e

todos os demais ciclos de formação existentes na cidade. Desde então, esta iniciativa de participação cidadã, centrada no meio educacional, expandiu-se a níveis cada vez mais satisfatórios e envolveu os Centros Comunitários e profissionais técnicos de diferentes departamentos da cidade, que colaboram para o desenvolvimento da Agenda 21 Local.

No entanto, ao contrário da Agenda 21 Local, em que todo o processo foi organizado e implantado pelo município, na Agenda 21 Escolar buscou-se implantar a avaliação ambiental estratégica de forma inversa, ao passo que caberia aos alunos realizar os diagnósticos de sua comunidade e desenvolver as propostas de melhorias para cada realidade encontrada.

Nesse passo, estamos diante da aplicação plena da acepção do termo Educação Ambiental Crítica, ao passo que cada aluno mobiliza os demais ao seu redor a pensarem os problemas e soluções para a localidade em que vivem e graças à percepção dessas ideias construídas pelo alunado que o município desenvolveu seus estudos para poder criar e desenvolver, prática e efetivamente, os Planos de Ação desenvolvidos ao longo dos anos.

O Plano de Ação da Agenda 21 Escolar determinou que um tema fosse desenvolvido a cada ano letivo, interdisciplinarmente e, no final de cada ano escolar, é realizado um Fórum, no Dia Mundial do Meio Ambiente, em que são apresentadas as conclusões e propostas de cada escola; em seguida, os representantes das Unidades Escolares levam os resultados ao Administrador de um dos doze Centros Comunitários, criados pelo Segundo Plano de Ação da Agenda 21 Escolar, como sugestões de melhoria dos centros educacionais e do próprio Município.

Nos dizeres de Guimarães (2000), faz-se mister um importante parêntese sobre a interdisciplinaridade:

Na vivência de um processo interdisciplinar em sua integralidade, em que novos conhecimentos vão sendo construídos e novos valores podem ser gerados, resultando em práticas sociais diferenciadas, essas possibilidades de transformação são propícias ao processo educativo que objetiva a formação da cidadania, mas uma cidadania em que seu exercício seja resultado de práticas críticas e criativas de sujeitos aptos a atuarem nessa sociedade mundializada. O atual cidadão necessita dessa compreensão de

totalidade para ser eminentemente um agente social nesse mundo globalizado e complexificado<sup>9</sup>.

Cabe destacar que a Agenda 21 Escolar iniciou-se com a participação de cinco centros educacionais nos anos letivos de 2003 a 2005, com 1.600 alunos; passou a 29 escolas, com quase 20.000 estudantes, no ano letivo de 2009-2010. Conforme informações da prefeitura de Vitória Gasteiz, em 2012 praticamente 100% dos centros educacionais participam da Agenda 21 Escolar.

Por todo o exposto, tem-se um novo paradigma de Educação Ambiental Crítica, como instrumento da Agenda 21 Escolar, que é considerada parte fundamental dos planos de ação da Agenda 21 Local. Revelou-se que a escola tem tido o poder de conquistar toda a comunidade para a consolidação do projeto de desenvolvimento sustentável, poder este traduzido pelo alcance das metas traçadas pelos Planos de Ação da Agenda 21 Local, graças a cidadãos atentos e engajados às realidades do meio em que vivem.

Neste novo paradigma, o ponto de partida foi dado por políticas públicas locais; porém, após as ações implantadas e o sucesso obtido com a prática da Educação Ambiental Crítica, transformou-se o agente idealizador das práticas socioambientais, passando do governo local para o cidadão comum que, sentindo-se parte do todo, passa a garantir a perpetuação das medidas ali instaladas, de modo que os próprios indivíduos têm o condão de refletir, questionar, cobrar e agir em prol da manutenção das conquistas obtidas.

Enfim, trazendo-se o modelo apresentado para a realidade das cidades brasileiras, pode-se pensar, inicialmente, que seria impossível implantá-lo com sucesso e com continuidade, em virtude das enormes desigualdades sociais existentes, da concentração de renda, além de outros tantos problemas de ordem social, econômica e política pelos quais perpassam os municípios no Brasil.

No entanto, o presente estudo revelou que a base para qualquer início de mudança efetiva e que perdure no tempo está na necessidade de nova percepção do mundo, do ser em relação ao todo, obtida concreta e solidamente com a Educação Ambiental Crítica, em que indivíduos transformam-se em atores sociais, cidadãos capazes de envolver-se e transformar a realidade em que vivem.

---

<sup>9</sup> GUIMARÃES, M. A. Educação Ambiental – Temas de Meio Ambiente. Duque de Caxias, RJ: Unigranrio, 2000, p. 82.

## **Conclusão**

O presente trabalho propôs a temática da Educação Ambiental, tratada de forma crítica, bem como de que modo esta abordagem contribui para concretização de planos de ação para a conquista da sustentabilidade, por meio da implantação da Agenda 21 local e, com o suporte basilar da educação como agente de fomento do Comunitarismo, da Agenda 21 Escolar.

Com a percepção da Educação Ambiental Crítica enquanto novo paradigma de construção de cidadania e mudança de percepção da realidade pelos cidadãos depreende-se, enfim, que é possível vislumbrar uma mudança de atitude de forma ampla e efetiva, desde que seja iniciada institucionalmente, tendo como ponto de partida a atuação do governo local, para implantar a base dos estudos iniciais para elaboração de planos de ação, que foquem concretamente nas necessidades das comunidades.

Destaca-se que a Educação Ambiental Crítica deve estar incutida em todas as relações sociais, seja no ambiente familiar, profissional ou no âmbito da cidade. Em termos pontuais, instituições como as ONGs desempenham importante papel na disseminação de ideais voltados para a sustentabilidade e para a atenção às questões socioambientais. No entanto, defendeu-se no presente estudo que a Educação Ambiental Crítica apenas logra êxito efetivo se institucionalizada, ou seja, se implantada, desenvolvida e mantida pelo poder público, responsável e garantidor dos direitos fundamentais do indivíduo e do meio ambiente.

Na esfera municipal e em suas comunidades, em que se podem apurar mais detidamente quais os problemas e as soluções necessárias para a transformação daquelas realidades, iniciam-se os estudos iniciais, com a avaliação ambiental estratégica, que darão suporte aos planos de ação a serem implantados dentro do projeto de Agenda 21 Local.

Destaca-se, ainda, que os planos de ação são elaborados graças ao suporte essencial obtido com Agenda 21 Escolar, por meio da implantação da Educação Ambiental Crítica, em que a comunidade escolar será incentivada, de forma interdisciplinar, a se envolver nas suas questões locais e, naturalmente, envolverá os indivíduos no seu entorno que, finalmente, levará as questões fundamentais a serem tratadas nos planos de ação.

Nesse passo, nota-se um verdadeiro círculo virtuoso, criado pela iniciativa do governo local, por meio da Agenda 21, envolvendo continuamente a comunidade, seus

indivíduos e os detentores do poder de financiamento e manutenção da infraestrutura necessária para a sólida construção de uma nova realidade.

A cidade de Vitoria Gasteiz vem revelar um modelo satisfatório de como a Educação Ambiental Crítica não é utópica e muito menos inatingível. Pelo contrário, a mudança de paradigma é plenamente possível e dependem de iniciativa inicial pública e da conscientização dos indivíduos em um processo longo e gradual, devendo ser analisadas minuciosamente as questões socioambientais, econômicas e políticas.

Por fim, o presente artigo propõe a reflexão, tal qual se revela um dos papéis da Educação ambiental Crítica. Nas palavras de Paulo Freire, busca-se uma “Pedagogia da Esperança”, com um modelo de educação em que, conforme Guimarães<sup>10</sup>, “seu conteúdo está para além dos livros, está na realidade socioambiental derrubando os muros das escolas. Uma Educação política voltada para a transformação da sociedade em busca da sustentabilidade”. Utópica ou não, a ideia aqui defendida foi pautada em uma ação concreta e é o reflexo daqueles que acreditam e inovam para transformar. E são justamente estes que podem contribuir para um mundo melhor.

---

<sup>10</sup> GUIMARÃES, M. A Formação de Educadores Ambientais. Campinas, SP: Papirus (Coleção Papirus Educação) 2004, p. 171.

## Referências Bibliográficas

ARMENDAME, G. **Do self de representação à consciência incorporada: uma proposta hermenêutica Contemporânea.** Kínesis, Vol. II, n° 03, Abril-2010, p. 103-118.

CUNHA, S. B.; GUERRA, A. J. T. **A Questão Ambiental: Diferentes Abordagens.** Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2012.

ETZIONI, Amitai. **The Unique Methodology of Policy Research,** In: ed. MORAN, Michael; REIN, Martin & GOODIN, Robert (eds). *The Oxford Handbook of Public Policy.* Oxford: Oxford University Press, pp. 833-843, 2006.

FREIRE, P. **Pedagogia da Esperança.** Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1992.

GUIMARÃES, M.A. **Educação Ambiental – Temas de Meio Ambiente.** Duque de Caxias, RJ: Unigranrio, 2000.

\_\_\_\_\_. **Formação de Educadores Ambientais.** Campinas, SP: Papirus (Coleção Papirus Educação), 2004.

LAYRARGUES, P. P.; LIMA, G. F. C. **Mapeando as Macro-tendências Político-pedagógicas da Educação Ambiental Contemporânea no Brasil.** In: VI Encontro Pesquisa em Educação Ambiental: A Pesquisa em Educação Ambiental e a Pós-Graduação. Ribeirão Preto, SP: USP, 2011. v. 0. p. 01-15.

MÉSZÁROS, I. **Para Além do Capital.** Campinas, SP: Bomtempo, 2002.

MORIN, E. **Complexidade e Ética da Solidariedade.** In. CASTRO, G. de; CARVALHO, E. de A.; ALMEIDA, M. C. de (Coord.). *Ensaio de complexidade.* Porto Alegre, RS: Sulina, 1997. p. 15-24.

MUNIZ, Jacqueline; LARVIE, Sean Patrick; MUSUMECI, Leonarda & FREIRE, Bianca. **Resistências e Dificuldades de um Programa de Policiamento Comunitário.** *Tempo Social*, v. 9, n. 1, p. 197-213, 2013.

SMITH, E.; CONREY, F.R. **The Social Context of Cognition.** In: ROBBINS, P.; AYDEDE, M. (Orgs.). *The Cambridge Handbook of Situated Cognition.* Cambridge University Press, 2009.

TAYLOR, Charles. **As Fontes do *Self* – A construção da identidade moderna**. Tradução: Adail Ubirajara Sobral e Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo, SP: Loyola, 1997.

Sítio eletrônico do Centro de Estudos Ambientais da Prefeitura da Cidade de Vitória Gasteiz: <[HTTP://www.verdepordentro.org](http://www.verdepordentro.org)>. Acesso em 02.mai.2014.